

CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

perspectivas e realidades

FERNANDO CALDERÓN E ELIZABETH JELIN

Introdução

O ponto de partida para a análise das classes sociais e dos movimentos sociais na América Latina exige uma fundamentação histórica. Para o resto do mundo, os acontecimentos e personagens que talvez mais tenham ficado como pontos de referência históricos da região, na primeira metade do século XX, tenham sido a Revolução Mexicana e, depois, Cárdenas, Vargas no Brasil, Haya de la Torre no Peru, Perón na Argentina, e a Revolução Boliviana de 1952. O restante é mais recente, faz parte de um presente que se estende no tempo: a Revolução Cubana, Allende no Chile, os autoritarismos dos anos setenta, a frágil democracia que se projeta para o futuro.

Convém, então, começar esta análise a partir desse fenômeno complexo, peculiar à região, - ainda que com variações importantes entre os casos concretos - que foi o fenômeno do populismo, presente nos fatos e personagens históricos mencionados. Não se trata de caracterizá-lo em detalhe ou de entrar numa polêmica explicativa, coisa que em grande medida já foi feito por outros autores, mas de assinalar algumas presenças importantes e alguns vazios que clamam por ser preenchidos no estudo das classes subalternas e nos movimentos sociais, no tocante a esse fenômeno da história latino-americana. E, a partir dessa fundamentação histórica, avançar em direção ao presente.

Antes, porém, algumas notas sobre as características básicas das sociedades latino-americanas e seus estados, que constituem o contexto histórico-estrutural (para usar uma expressão tão associada a uma maneira latino-americana de aproximar-se dos fenômenos sócio-políticos) dos processos que vamos estudar.

A crise do modelo agroexportador de organização econômico-social, a partir dos anos 1930, deu lugar a profundos processos de transformação econômica e social nos principais países da região: a urbanização e as migrações internas, a industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classes baseados em interesses urbanos e seu papel crescentemente importante nos rumos da atividade política. Estes processos de transformação da estrutura social não foram suaves nem graduais, mas constituíram resultados, e ao mesmo tempo germes, de enfrentamentos e conflitos sociais e políticos significativos. Em todos eles, contudo, manifesta-se uma característica especial: uma presença notória e precoce do Estado como ator social. Com efeito, na América Latina, é difícil falar de um Estado como apenas *refletindo* o conflito social; estamos mais propriamente em presença de um Estado que, através de sua gestão, tem um papel determinante na própria conformação dos interesses econômicos e dos atores sócio-políticos. Ademais de constituir-se num "produto", foi desde muito cedo um Estado "produtor" de sociedade. A contrapartida desta forte presença do Estado é a relativa lentidão no processo de formação das classes sociais, na sua manifestação como atores coletivos ou como forças sociais, na sua presença - com autonomia e identidade clara - no cenário da história.

Esta caracterização estrutural não significa que estejamos em presença de Estados todo-poderosos e de sociedades inexistentes, silenciosas. Seria mais adequado pensar na América Latina como uma região onde os processos de luta, os conflitos associados aos processos de transformação, manifestaram-se muito mais como conflitos *dentro* do Estado do que como lutas estritamente sociais. O cenário da ação foi com mais frequência o interior do Estado do que a sociedade.

Nas análises e interpretações das ciências sociais, contudo, esses traços foram exagerados e levados a sua expressão mais pura. Como se na América Latina não houvesse existido sociedade, mas somente processos

econômicos e aparelhos políticos, além disso desconectados entre si. Como assinala Touraine, "a desvinculação entre o enfoque economicista e a interpretação dos atores político-ideológicos não deixa espaço para conceitos sociológicos intermediários, em particular para as categorias que descrevam relações entre atores e formas de ação" (Touraine, 1987, p. 3). É precisamente nesse nível intermediário que procuramos situar este trabalho.

1. O POPULISMO

A decomposição da dominação oligárquica ligada a um modelo agrominerador voltado à exportação e a um padrão de relações sociais e políticas clientelísticas, deixava um espaço para a emergência e consolidação de novas forças econômicas, sociais e políticas. A saída histórica não foi simples.

Em alguns casos, no plano econômico, ocorreu um desenvolvimento mais voltado para dentro, baseado na industrialização, que ia conformando novos setores sociais - burguesias industriais, classes trabalhadoras urbanas -, mas que requeria simultaneamente uma forte ação de promoção por parte do Estado: os interesses econômicos ligados à indústria não estavam cristalizados em classes sociais com perfil próprio. A burguesia industrial, muitas vezes, não podia distinguir-se dos interesses anteriormente hegemônicos, ligados à economia agroexportadora. Sua debilidade não lhe permitia estabelecer sua presença na cena social e política, sem recorrer a alianças com outros setores e sem uma presença forte do Estado na promoção e proteção de seus interesses. Parecia um dilema sem saída possível. Em certo sentido, a burguesia industrial não conseguia constituir-se como classe no campo das relações de produção; para logr-lo, devia ao mesmo tempo conseguir um espaço político no Estado para, a partir dele, abrir o espaço econômico para desenvolver sua ação, geralmente relacionada com os interesses das novas classes médias e das próprias classes subalternas.

A forma específica das alianças variou de caso para caso. Em várias situações, a burguesia industrial exerceu um papel determinante; em outras, compartilhou seu papel com setores médios, camponeses e operários. Os movimentos históricos foram diversos, mas deram lugar a um fenômeno singular, um sistema latino-americano de ação social: o populismo. Um modelo político em que as classes emergentes ligadas ao processo de industrialização (tanto burguesias nacionais modernizantes como setores populares, especialmente urbanos) encontraram -, ou melhor dito, formaram, embora com diferentes graus de poder e influência no produto final - um Estado e um regime que pudesse dar resposta política, econômica e social à crise da dominação oligárquica (Weffort, 1973; Laclau, 1977).

Alguns movimentos populistas foram muito mais disseminados e unívocos, como foi o caso do Velasquismo no Equador. Outros, de grande força, não alcançaram o poder do Estado, como o APRA no Peru. Não obstante, em todos os casos nacionais, tiveram um papel central na vida política e nos padrões de relações sociais, chegando a modificar as pautas de ação cotidiana de suas sociedades, tanto na vida familiar como no bairro, na cidade, na comunidade, no escritório ou na fábrica, afetando todos os aspectos da vida, a música, a literatura, o cinema, o esporte, a sexualidade, o amor, a reciprocidade e as desavenças, as zombarias e as brincadeiras de rua; criando e recriando, dessa forma, complexas relações internas de solidariedade e de oposição frontal a tudo o que fosse externo à comunidade populista. Positiva ou negativamente, o populismo motivou vivências ineludíveis para os latino-americanos. "E independentemente de pertencer ou não ao partido Aprista", afirma Marcos Martos, "a vinculação que nós, os peruanos, temos com ele, não é uma vinculação racional, como não são racionais todas as nossas esperanças e todas as nossas frustrações" (*in* Valderrama et al., 1980). Esse mesmo texto mostra a influência cotidiana do populismo na vida do Peru. Esta, entretanto, é uma temática pouco estudada.

As relações entre economia e política na história recente da América Latina não podem ser interpretadas da ótica de um materialismo simplista: não são as classes que se desenvolvem na esfera produtiva e, depois, conseguem a hegemonia política. Tampouco é o reino das idéias e vontades, de projetos ideológicos que, a partir desse plano, influenciam e transformam as relações econômicas. Todavia, essas duas visões, o economicismo e o politicismo, dominaram o espaço interpretativo das ciências sociais da região, até pouco tempo atrás.

Com efeito, uma primeira linha de interpretação das transformações sociais na América Latina, de grande influência nas ciências sociais e na formulação de políticas nas décadas dos anos cinquenta e sessenta, foi a visão desenvolvimentista elaborada pela CEPAL. O foco era econômico: o desenvolvimento centrado na expansão industrial. Da perspectiva da sociedade, a interpretação convergente partia de um modelo sociológico da modernização. Desse ponto de vista, as transformações sociais são encaradas como a extensão gradual, ao conjunto da população, das características "modernas" associadas com a industrialização. A modernização social é condição para a transformação econômica ou conseqüência dela. A formação de novas classes ou setores sociais aparece como um produto de transformações na estrutura produtiva, ligadas por seu turno à implementação de projetos nos quais o Estado tem um papel central. O social é automático; o econômico, no fundo, produto de vontades políticas progressistas. O

pensamento cepalino, por exemplo, é uma proposta de planejamento econômico cuja realização invoca uma intervenção estatal (CEPAL, 1969).

O modelo da modernização tinha uma característica básica: parecia que o resultado final, o ponto de chegada, era relativamente claro. Com maior ou menor clareza, a análise partia de uma visão global do ponto de chegada que, para alguns, podia ser uma sociedade organizada e integrada ao nível do Estado nacional, com classes sociais "bem delineadas" que poderiam ir-se diluindo progressivamente numa sociedade de massas; para outros, o ponto final era a revolução e a passagem a uma organização social socialista. O interessante, no caso, não é apenas o fato de que os observadores e analistas tinham um modelo global claro, mas a circunstância de que também o tinham os próprios atores. Tanto as propostas desenvolvimentistas como os movimentos de libertação nacional e os projetos classistas possuíam formulações ideológicas globais, orientadas por uma noção de progresso dirigido para uma totalidade identificável.

Voltemos, contudo, ao populismo. Tratou-se de uma criação histórica latino-americana em resposta aos desafios colocados pela crise da dominação oligárquica. Mas constituiu uma resposta que devia solucionar um problema sócio-político resultante das transformações econômicas: como combinar burguesias débeis com setores médios em ascensão e classes subalternas emergentes que não contavam com canais institucionalizados para a expressão de seus interesses. Talvez o caso da revolução boliviana constitua uma interessante ilustração desses desafios. A revolução implicou uma série de transformações sócio-políticas (reforma agrária, nacionalização de minas, voto universal, controle e co-gestão operária, milícias populares, etc.) que não conseguiram desenvolver-se e organizar um sistema institucional estável (Medina Echavarría, 1973), nem produzir uma articulação societal e nacional inclusiva, sobretudo pelos antagonismos entre sindicatos, trabalhadores e Estado (García, 1966), nem ainda criar um sistema político aberto e competitivo, principalmente pela prática vertical e elitista da cúpula partidária em relação à sociedade (Malloy, 1968). Esses fatores eram considerados, pelos autores, como necessários para que fosse empreendido um desenvolvimento econômico nacional. Obviamente, tais desafios não poderiam ser compreendidos sem as pressões externas do governo norte-americano sobre a revolução nacional (Calderón, 1982).

A análise das diversas experiências populistas latino-americanas produziu uma abundante literatura, especialmente no tocante à caracterização do regime político e à interpretação teórica do que Cardoso e Faletto descrevem como "o grave problema da incorporação dos amplos setores socialmente mobilizados pelo processo de industrialização" (Cardoso e Faletto, 1969, p. 109).

As interpretações do populismo enfatizaram as defasagens e as assincronias no processo de modernização (Germani) ou na revolução das expectativas (Di Tella). Nelas, o papel central liga-se à "colocação em disponibilidade" ou à mobilização social dos novos setores sociais subalternos, resultado das fortes correntes migratórias em direção às cidades, da industrialização e da urbanização. A canalização ou incorporação destes setores era a questão política do momento. Ao combinar-se essa questão com as necessidades do fortalecimento político da nova burguesia urbana e com elites disponíveis em setores dissidentes ou decadentes das camadas oligárquicas, deu-se o compromisso ou aliança sobre o que se baseou o populismo (Weffort, 1973). Torna-se difícil compreender cabalmente este processo sem levar em conta o papel central exercido pelos setores médios, tanto no plano da liderança política como no que diz respeito ao seu papel mediador entre forças sociais presentes nos jogos populistas (Faletto, 1979, *in* Calderón, org., 1979).

Não entraremos aqui numa apresentação e análise crítica das interpretações do populismo, o que já foi feito (Laclau, Graciarena, Franco, Weffort), mas nos perguntaremos, mais especificamente, o que significou o populismo para as classes sociais subalternas emergentes e quais as formas de ação coletiva se deram nesse período.

Neste ponto, a dinâmica do populismo caracteriza-se por uma ambigüidade essencial. Referindo-se ao Brasil, mas aplicando-se por extensão a outras sociedades, diz Weffort: "O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas constituiu também um modo de expressão de suas insatisfações" (Weffort, 1978, p. 56).

Cabe, então, perguntar o que foram os regimes populistas para as classes subalternas. A resposta depende de situações sócio-históricas específicas, relacionadas tanto com as diversidades nacionais como com as variadas propostas ideológicas. O grau preexistente de organização e articulação das classes subalternas condicionará sua participação na criação e exercício dos regimes populistas, situação que tem a ver também com as especificidades do domínio oligárquico. Isto dá ensejo à formação e estabelecimento de setores e práticas distintas, em alguns casos mais voltadas à ruptura, como no México e na Bolívia, enquanto em outros mais marcadas por características de negociação, como na Argentina e no Chile. Seria preciso interpretar analogamente as variadas propostas doutrinárias, desde a analiticamente mais acabada, do APRA no Peru, até à proposta nacional difusa do varguismo.

O populismo constituiu um reconhecimento, da perspectiva do poder, da existência sócio-política das classes

subalternas; implicou igualmente na extensão de seus direitos de cidadania, tanto políticos como sociais. Também significou um uso político dos setores subalternos como clientela de apoio sujeita a manipulação, e representou uma forma de direcionar e criar normas previsíveis nas relações trabalhistas, necessárias para o desenvolvimento capitalista. Constituiu também, em vários casos, como no brasileiro, uma tentativa de frear ou de antecipar-se à ameaça de transbordamento social, de revolta, de revolução. Decorre disso o fato de que as análises refiram-se tão freqüentemente à cooptação e manipulação, bem como são conseqüência disso as referências explicativas à "imaturidade" do desenvolvimento da classe trabalhadora, incapaz de defender-se dessa manipulação.

O conceito de *povo* é especialmente útil para a análise deste período da história social latino-americana, já que a dinâmica social deu-se em relação a este ator amorfo e difuso, heterogêneo internamente, mas que reflete melhor as formas de emergência e formação dos setores subalternos do que o faz a noção de *classe social*. Conceitualmente, a noção de povo remete a um sistema de oposições múltiplas, ligadas a âmbitos político-ideológicos e de relações sociais, mais que a formas de inserção num modo de produção. O povo contrapõe-se ao bloco de poder, aludindo à posição subordinada em face dos setores dirigentes. Também conota a origem local/nacional frente ao estrangeiro, assim como uma continuidade relativa das tradições populares. Laclau assinala a importância do popular para a constituição de discursos e ideologias políticas:

"(As tradições populares) constituem o resíduo de uma experiência histórica única e irreduzível, constituindo, como tal, uma estrutura de significados mais sólida e durável do que a própria estrutura social" (Laclau, 1977, p. 167).

Em síntese, trata-se de uma relação de incorporação dos setores subalternos de maneiras múltiplas, e não como ator diferenciado e autônomo (como classe social): tanto como ator na produção (daí a relação entre o populismo e o crescimento e reconhecimento do âmbito sindical); como enquanto consumidor de serviços do Estado (expansão da cidadania através dos direitos sociais); como na qualidade de clientela política de líderes carismáticos, numa relação direta líder-massa, sem organizações intermediárias ou mediadoras. Tudo isto de maneira contraditória e ambígua.

A multiplicidade de articulações do povo com o Estado e com os setores dominantes dificulta a visualização de relações transparentes e unívocas. No mundo das ciências sociais, isto ocasionou a proliferação de polêmicas e interpretações contrapostas, mais do que a análise com base empírica de situações históricas concretas. Poder-se-ia dizer que existe um vazio no que diz respeito ao estudo de movimentos sociais concretos, de suas características de cotidiano e dos sentidos da ação coletiva popular. Há, contudo, duas áreas em que a investigação conseguiu transpor os limites da especulação: a formação do movimento operário e as lutas camponesas. Em ambos os casos, as pesquisas realizadas permitem perceber as ambigüidades e contradições históricas presentes.

a. O movimento operário no populismo: alguns casos (Jelin, 1981)

No Brasil, depois do êxito do golpe militar de 1930, foram-se introduzindo novos códigos e leis trabalhistas. Neste mesmo ano de 1930, criou-se o Ministério do Trabalho; em 1931, introduziram-se regulações referentes ao *Sindicato Único* (representação através de um único sindicato por setor produtivo) e uma limitação na proporção de trabalhadores estrangeiros em cada sindicato reconhecido. A estas medidas, seguiram-se outras dirigidas a estabelecer o papel do Estado nas relações trabalhistas. As mais significativas em termos da futura capacidade do Estado para controlar o movimento operário foram o requisito de reconhecimento sindical por parte do Ministério do Trabalho e a atribuição ao Estado do poder de decisão dos níveis salariais (Vianna, 1976).

Discutiu-se muito as razões para esta intervenção massiva do Estado na cena trabalhista na década dos trinta. Alguns autores destacaram a necessidade de controle político da classe operária, assinalando que a natureza precária da estabilidade política lograda pelas facções rivais dominantes não poderia resistir à presença de um movimento operário livre (Rowland, 1974). Ademais, esta legislação também respondia a pressões econômicas: desta maneira assegurava-se a previsibilidade das relações trabalhistas e a disciplina no mercado de trabalho, estabelecendo-se as "regras do jogo" que as novas massas urbanas deviam seguir (Oliveira, 1975). Também, por certo, estavam presentes os elementos paternalistas.

O caso da Argentina aponta numa direção semelhante. O grau de poder dos setores populares, assim como a necessidade de apoio político, eram muito maiores do que no Brasil. O mercado de trabalho, por outro lado, já tinha um grau de regulamentação considerável (Gaudio & Pilone, 1975). De fato, as ações coletivas da classe operária, incluindo greves e mobilizações populares em apoio a velhas reivindicações, foram determinantes de muitos dos direitos e benefícios que os setores populares obtiveram na década dos quarenta (Doyon, 1975; Little, 1979). Comparadas com o Brasil, as relações entre o Estado e a classe operária na Argentina dos anos quarenta eram muito menos paternalistas.

A aliança política que apoiou Perón incluiu em posições centrais o movimento operário organizado e as massas populares (Murmis e Portantiero, 1971; Germani, 1973). Esta participação e apoio a Perón, baseou-se contudo em ganhos reais que os setores operários estavam obtendo, ganhos pelos quais vinham lutando desde muito tempo, características legais e organizativas do movimento operário de massas não foram muito diferentes das brasileiras, incluindo um forte poder regulador do Estado, através da ação do Ministério do Trabalho no reconhecimento dos sindicatos. Se, durante os primeiros anos do regime peronista, a estrutura das relações trabalhistas emergentes podia canalizar eficientemente os interesses das classes trabalhadoras, esta mesma estrutura pôde, depois, ser utilizada pelo Estado para eliminar grupos opositores dentro do movimento operário e para controlar politicamente os operários (Little, 1979).

O México apresenta alguns traços peculiares, que não permitem expor sua história na mesma seqüência que a dos dois outros casos (Spalding, 1977; Reyna e Miquet, 1976). A revolução mexicana deslocou a dominação oligárquica antes que nos dois outros casos e a sua Constituição de 1917, incluía já muitos dos direitos trabalhistas que foram estabelecidos na Argentina ou no Brasil vinte ou trinta anos depois. Para o México, as décadas de trinta e quarenta não foram o período de reconhecimento legal da classe operária, mas o período do reconhecimento e da incorporação real desta classe no sistema político (Marvan, 1977; Anguiano, 1975; Leon, 1978).

Além disto, o precoce reconhecimento legal, enfrentava uma classe operária extremamente frágil. Somente pequenos grupos de líderes ativistas, muitos deles sem inserção nas fileiras operárias, conseguiram ter acesso à vida política do país, durante o período revolucionário. Não se tratou de um fenômeno massivo. Até à década dos quarenta, o México era predominantemente um país agrícola e rural, e os setores de trabalhadores urbanos eram muito limitados, tanto numericamente quanto de um ponto de vista organizativo. Havia exceções em alguns setores econômicos específicos, tais como os petroleiros e os ferroviários. A emergência e crescimento das organizações trabalhistas de massa e o estabelecimento de canais de participação foram simultâneos com a criação de uma força de trabalho industrial-urbana massiva. A seqüência temporal não foi a clássica, segundo a qual, primeiro há um momento de emergência da classe operária urbana e, depois, o crescimento de suas organizações: Ambos ocorreram ao mesmo tempo e vinculados entre si.

Num grau maior que nos outros casos, as organizações operárias no México não podem ser vistas como fruto de um desenvolvimento "natural" no processo de formação da classe operária; estas organizações surgiram como parte de um processo político exógeno, ligado às necessidades e projetos de outros setores sociais que tentaram controlar e/ou cooptar o movimento operário. Desde cedo, as tentativas de formação de organizações alternativas ou independentes (a partir das greves dos ferroviários de 1926, ou a de 1948, por exemplo) não puderam prosperar. O período crucial para o estabelecimento de um padrão de relações entre o Estado e os trabalhadores foi a presidência de Cardenas, entre 1934 e 1940. Nesta época, o Estado e as instituições políticas se encontravam ainda numa situação fluida, sem estarem totalmente reconstruídos desde a Revolução. De fato, foi um período de discussão entre propostas alternativas de organização política, de mecanismos de representação e inclusive de regimes políticos. A década dos trinta foi, no México, um tempo dominado pelas alianças e conflitos entre personalidades - Cardenas, Calles, Lombardo Toledano - que continuamente definiam e redefiniam suas posições e suas bases sociais de apoio. Um destes conflitos, entre Cardenas e Calles, se resolveu a partir de uma mobilização massiva dos setores sociais subordinados em apoio de Cardenas. Sua vitória levou a um processo de institucionalização e de cristalização de sua base de poder. Enquanto se encontrava no controle do aparelho de Estado, esta institucionalização conformou-se novamente como um vínculo direto entre as organizações de massa e os arranjos políticos dominantes. Eventualmente, este arranjo chegaria a implicar a subordinação. A criação da CTM (Confederação de Trabalhadores Mexicanos), em 1936, e sua rápida consolidação como organização ligada ao governo e ao partido, marcou o final de um período de mobilização política de massa e o começo de sua incorporação formal, através dos canais institucionais de um sistema político unipartidário (Leon, 1978).

Por outro lado, a reorganização da economia mexicana após vinte anos de turbulências devidas à Revolução e a conflitos regionais posteriores, apenas poderia ocorrer através da integração do mercado nacional e da regulamentação das relações de trabalho. As demandas políticas foram predominantes no período de Cardenas; as econômicas tornaram-se muito mais centrais durante os anos da guerra, quando se deu um verdadeiro *boom* industrial. Neste momento, estabeleceu-se um "pacto trabalhista", que congelava salários e disputas, pacto este plenamente aceito e mesmo patrocinado pela organização trabalhista mais importante, a CTM, que já era parte integrante do partido do governo, o PRI (Contreras, 1977; Medina, 1977; Ortega, 1977).

Em resumo, nos três casos, o projeto de industrialização proposto pelas novas classes dominantes durante este período envolveu o crescimento dos setores populares urbanos. Estes novos setores populares - pelo fato mesmo de sua concentração em áreas urbanas e a simultânea fratura das formas tradicionais de dominação - foram mobilizados em

termos políticos. Em conseqüência, iriam exercer um papel significativo, ainda que subordinado, na aliança política governante. As implicações da legislação trabalhista implementada nesta época são múltiplas: foi uma resposta genuína às demandas originadas nas necessidades da população trabalhadora; foi também um mecanismo para incrementar a disciplina, o controle, a previsibilidade da força de trabalho; finalmente, foi parte de um processo de negociações políticas dirigido para obter o apoio dos setores populares.

Mesmo nos momentos de maior êxito do modelo populista, quando funcionava sem dificuldades, houve manifestações de descontentamento e oposição, testemunho da existência de movimentos espontâneos ou alternativos da classe operária. O protesto se manifestou basicamente de duas maneiras. Primeiro, de algumas organizações operárias independentes ou alternativas que haviam sobrevivido, ligadas a partidos minoritários ou opositores, de forma legal ou não. Estas organizações estavam prontas para entrar em ação logo que o cenário político mostrasse um mínimo sinal de abertura, ou quando o controle sobre as organizações populares se debilitasse. Exemplos deste tipo são a emergência e desenvolvimento das organizações operárias no Brasil durante a democratização de 1945-46 (Weffort, 1973); o ressurgimento de organizações operárias antiperonistas na Argentina em 1955 (Senen Gonzales, 1971), e os esforços para desenvolver organizações operárias autônomas na CTM no México em 1948 e 1958 (Alonso, 1972; Pellicer de Brody e Reyna, 1978).

Em segundo lugar, houve movimentos espontâneos da base, não necessariamente ligados a organizações alternativas. Assim, na Argentina, pôde-se observar um aumento considerável nas mobilizações e greves durante os últimos três anos do governo peronista, entre 1952 e 1955 (Doyon, 1975); o mesmo ocorreu no Brasil em 1945-46, concentrando-se em São Paulo em 1953 (Moises, 1978); e, finalmente, houve uma mobilização espontânea considerável no México em 1958 (Alonso, 1972).

Em muitos casos, as organizações estabelecidas, o sistema de negociação trabalhista em funcionamento e os mecanismos institucionais de resolução de conflitos puderam absorver o descontentamento manifestado nestas mobilizações. Por exemplo, durante o período 1952-1955, as reivindicações dos trabalhadores argentinos foram fundamentalmente por salários (Doyon, 1975), e puderam ser resolvidas através dos mecanismos estabelecidos. Outros casos, tais como os ocorridos no México em 1958-59, necessitaram o uso de diversos mecanismos para restabelecer a "paz civil". Neste caso, o movimento operário centralizado incorporou algumas das demandas, aceitando pressões vindas de baixo; houve considerável cooptação das lideranças emergentes no movimento opositor; e finalmente, sempre resta o recurso da repressão.

Numa perspectiva histórica, o tipo de legislação trabalhista e de organizações operárias que surgiu nesse momento, respondeu às necessidades conjunturais, convertendo-se em um canal de integração dos setores populares na sociedade e um mecanismo de sua representação política. Quando a situação econômica e política se modificou especialmente quando o Estado se colocou numa posição mais autônoma em relação às classes subordinadas que o haviam apoiado, este mesmo corpo de regulamentos pôde ser utilizado para controlar e manipular as organizações operárias. Uma vez que uma estrutura organizativa se estabelece, vai-se tornando independente das condições que lhe deram origem. (Stinchcombe, 1965). Desta maneira, arranjos feitos para resolver uma determinada crise conjuntural, tiveram conseqüências históricas e estruturais que condicionaram o desenvolvimento posterior da posição dos setores subordinados frente ao Estado.

Assim, no período pós-populista, a partir dos anos setenta, as transformações econômicas e políticas implicaram em significativas modificações na situação do movimento operário. A expansão dos setores industriais de ponta e a conseqüente heterogenização da força de trabalho, aliada a modificações políticas autoritárias, resultou em geral numa política onde havia margem para a negociação ou, em última instância, a repressão, mas não a tolerância. Sob estas condições até o final dos anos sessenta e começo dos setenta as manifestações de protesto operárias voltam a estar presentes, mas de forma original. No Brasil o movimento sindical, com a figura de Lula, esteve no centro das atenções no período do "milagre brasileiro".

b. Os movimentos camponeses

Em vários países latino-americanos, por causa dos processos populistas, os camponeses tiveram um papel político fundamental, tanto nas lutas pela distribuição ou recuperação de terras, quanto na redefinição das relações entre sociedade, partido e Estado. Os casos mexicano e boliviano ilustram esta perspectiva.

Em ambas as situações os camponeses participaram decisivamente na luta contra o sistema de propriedade de terras e a dominação oligárquica, introduzindo nos agitados processos revolucionários, demandas de acesso à terra, direito à cidadania política e reivindicação de participação social, seja pela via dos *egidos*, das comunidades ou dos sindicatos camponeses.

No México, após os quatro anos de luta revolucionária (1910-1914), iniciou-se um conflitivo e burocrático processo político e legal de aquisição de terras que apenas se consolida em meados da década de trinta. "Haviam obtido uma vitória, para continuarem sendo simplesmente camponeses" (Womack, 1970, p. 364). Na Bolívia, a lei da reforma agrária de agosto de 1953 constitui um duplo marco: culmina uma longa luta (1937-1953) pelo acesso legal à propriedade da terra, pela distribuição de terras, e pela aceitação da organização sindical (Dandler 1983; Antezana, 1968) e, por outro lado, assinala o início de um conflitivo e kafkiano dinamismo de legalização e distribuição de terras que, em formas e intensidades distintas, só se consolidou nas áreas de cultivo tradicional, 25 anos depois (Alho, 1979).

Vários estudos, tanto de analistas locais quanto estrangeiros, dão conta de inumeráveis experiências da participação camponesa sob governos populistas instáveis e liderança de caudilhos curiosos. O certo é que, no México e na Bolívia, o processo de reforma agrária foi acompanhado não só pela busca de uma afirmação camponesa e indígena, mas também por uma intensa e instável fragmentação política partidária, que culminou na subordinação do campesinato ao Estado e a criação de um novo sistema de intermediação e cooptação camponesa de singular significado. Sílvia Rivera (1984) e Dandler (1984) ilustram as diferentes experiências de sindicalismo paraestatal camponês na Bolívia, e Bartra (1976) Womack (1969) e Warman (1976) estudam, sob diferentes pontos de vista, o desenvolvimento de mecanismos de cooptação e intermediação no México.

O resultado foi diverso e paradoxal; diverso porque a intensidade da reforma dependeu tanto das demandas e pressões camponesas, como dos interesses e correlação de forças no Estado. Paradoxal, porque apesar das múltiplas transformações operadas (mudança nas relações de trabalho, incorporação ao mercado e à educação, maior integração nacional, etc.) a situação social dos camponeses, na relatividade do tempo histórico, não mudou substancialmente. Anenecuilco e Ucureta, talvez berço dos movimentos agrários mais importantes da história da América, permanecem no atraso e na pobreza.

Múltiplas são as interpretações teóricas geradas por estes movimentos sociais. Desde visões evolucionistas, em termos de formas de evolução da consciência camponesa (Quijano, 1979) ou do processo de integração camponesa em termos de modernização (Lewis, 1922; Clark, 1970), até o papel do campesinato no processo de mudança revolucionária. Na literatura marxista, as polêmicas Haya-Mariategui não esgotaram o tema, e foram produzidos inúmeros textos sobre o papel dos camponeses num processo revolucionário, sejam eles considerados sujeitos históricos ou como aliados da classe operária. Possivelmente, a grande maioria destas interpretações teve como pano de fundo as experiências camponesas populistas. Um dos temas que acompanharam estas discussões está relacionado com o papel do campesinato num sistema capitalista. O campesinato tende a extinguir-se e proletarianizar-se ou assumir novas formas, ampliando ou recriando sua identidade e ação coletiva? A respeito desta última colocação, depois de várias análises críticas, Warman visualiza o campesinato como "uma nova alternativa para a organização de uma sociedade futura" (Warman, 1980 e 1986).

Em síntese, sob o populismo, a ação camponesa esteve orientada para a transformação das relações de exploração nas fazendas, para a afirmação da cidadania e para a superação de mecanismos de discriminação étnica do tipo casta, próprios do sistema de dominação oligárquico. Assim, a busca de reconhecimento e autoafirmação camponesa nestes movimentos, produziram importantes transformações sociais, como reformas agrárias, sufrágio universal, reconhecimento da cidadania e a proliferação de importantes núcleos organizativos do campesinato, sobretudo sindicais. Em termos mais abstratos, é possível assinalar que a ação camponesa combinava orientações de transformação de relações de classe, de autonomia e identidade nacional e de afirmação étnico-cultural.

Certamente, estas orientações não implicaram numa panacéia de autonomia da ação camponesa, mais sim em confusas e complexas imbricações no interior do campesinato e entre este e outros grupos sociais, o partido e o Estado populista.

2. Movimentos sociais, política e sociedade nos anos setenta

A queda do presidente Allende simbolizou, talvez com maior força que outros processos políticos na região, a perda de projeção histórica dos movimentos sociais de orientação industrial totalizante. Se revisarmos as perspectivas e a força real dos movimentos sociais na América Latina que pretendiam alcançar modelos nacionais independentes ou transformações classistas acabadas (seja da burguesia industrial, seja do proletariado e seus aliados), provavelmente concluiremos, como vários textos da bibliografia citada, que estas orientações e práticas foram perdendo progressivamente seu impulso vital. Paralelamente, é possível distinguir nos últimos quinze anos, a emergência de novos atores sociais e de novas práticas coletivas, tanto no seio dos movimentos sociais clássicos (operário-camponês), como no desenvolvimento de novos movimentos de gênero, geracionais, urbanos, étnicos, de direitos humanos, etc., que não chegaram a colocar-se metas nem ações holísticas.

No plano das interpretações, nos primeiros anos da década de setenta, começa-se a passar de uma conceitualização estrutural totalizante das classes sociais ao estudo de atores específicos e a problemáticas setoriais. O estado do debate teórico na região neste momento está refletido na conferência e posterior publicação do livro *As classes sociais na América Latina*, patrocinado pela UNAN (1973). Os ensaios teóricos (de Poulantzas, Touraine e Fernandes) são amplamente discutidos por vários autores, trazendo à luz casos concretos e especificidades históricas. Esta foi uma tentativa de colocar a temática das classes sociais de maneira universalista, a partir de um diálogo entre europeus e latinoamericanos, dentro de uma perspectiva marxista. O resultado foi um contraste entre explicações teóricas generalizadoras e análises históricas e setoriais específicas, sem estabelecer as pontes e as mediações entre elas. Talvez tenha sido a última tentativa de atingir uma visão universalista das classes sociais, na qual não se encontra a presença da dinâmica social através da análise dos movimentos sociais.

Dentro da multiplicidade e aparente caos na bibliografia sobre o tema, é possível localizar alguns elementos que permitem ordenar a heterogeneidade e variedade neste campo. Em primeiro lugar, a confrontação entre a tradição marxista e a funcionalista em suas versões latino-americanas viu-se fortemente influenciada e transformada pela presença dos trabalhos de A. Touraine, primeiro no Chile e, depois, no restante da região. Tanto seus estudos concretos, como a produção teórica ligada à região, deram um impulso fundamental no estudo dos movimentos sociais (di Tella et al., 1967; Touraine, 1976; Touraine, 1975, entre outros). Seu livro mais recente, *Atores Sociais e Sistemas Políticos na América Latina* (Touraine, 1987) é sem dúvida o esforço mais compreensivo de uma interpretação global da problemática que nos ocupa, constituindo um novo marco no desenvolvimento do tema.

A partir do começo dos anos setenta, cabe mencionar duas linhas de desenvolvimento temático neste campo, baseadas em experiências na região; os estudos sobre o movimento operário, cujo eixo articulador foi o Grupo de Trabalho sobre Movimentos Trabalhistas (depois Comissão) da CLACSO, criado em 1972, e os estudos sobre movimentos urbanos, que reconhecem Manuel Castells como a figura de maior influência.

Com efeito, o referido autor realizou três tipos de estudos que permitem reconhecer e visualizar um novo ator social, o urbano, os favelados ou "marginais". Estas suas análises, e as que lhe seguiram, de alguma maneira rompem com as visões monopolísticas preexistentes em torno do movimento operário e camponês na região.

Em primeiro lugar, tem especial relevância um estudo teórico sobre o sistema urbano (Castells, 1976), que em vez de criticar o enfoque funcionalista da sociologia urbana da Escola de Chicago, pretende, numa perspectiva marxista estruturalista, chegar a uma visão que integre a estrutura e prática social urbana. O conceito de reprodução da força de trabalho teria o papel articulador neste enfoque.

Em segundo lugar, os trabalhos sobre urbanização dependente e política urbana a respeito do monopólio estatal na reprodução da força de trabalho urbano, dão origem a uma nova forma de visualização latino-americana das oposições entre Estado e sociedade.

Finalmente, vários estudos empíricos sobre movimentos urbanos, especialmente sobre os *pobladores* no Chile, mostram um novo ator social que com certa especificidade, atua na cena urbana e reivindica novas ordens de organização sócio-espacial. Mais adiante, o desenvolvimento da área estudada, permite ao autor e a outros enfatizarem a importância dos movimentos sociais como atores autônomos, construtores de história e sociedade.

Quanto a área trabalhista, os diversos seminários e reuniões foram reunidos no volume editado por Kaztman e Reyna (1977), num número especial da *Revista Mexicana de Sociologia* (Vol. 40, N.º2, 1978) e, mais recentemente, em vários projetos comparativos sobre o tema (resenhados em *David e Goliath*, 1980, N.º 38-39 e *David e Goliath*, 1985, N.º48). No começo, o movimento operário foi visto no contexto da inserção produtiva dos trabalhadores, como expressão organizada da classe (Kaztman e Reyna, 1977). Mas também, desde cedo, foi objeto de reflexão a sua presença como ator sócio-político frente (ou integrado) ao Estado. Estas visões, mais "economicistas", por um lado, e "politicistas", por outro, foram se enriquecendo com elementos mais específicos do campo das relações sociais, tanto na análise da dinâmica interna do sindicalismo temas como a relação entre movimento sindical e orientações operárias, a dinâmica sindical de categorias sociais específicas como as mulheres, por exemplo quanto em sua vinculação com outros movimentos e atores sociais. Na década dos oitenta, as análises neste campo partem dos dois desafios centrais para o movimento operário da região: o enfrentamento da crise econômica e o desafio dos processos de transição e consolidação da democracia. As tensões entre um sindicalismo de confrontação ou de concertação parecem ser, neste momento, o eixo dos dilemas do movimento operário frente à crise (Comissão de Movimentos Trabalhistas, 1986).

Tanto os estudos sobre o movimento trabalhista como sobre os movimentos urbanos multiplicaram-se na década posterior. A estes se agregaram os referidos a outras áreas de ação e de formação de atores coletivos: as mulheres, os jovens, os direitos humanos, os movimentos regionais, etc. No plano analítico, a transformação da orientação destes estudos, foi na direção de incorporar dimensões culturais e sociais na análise, anteriormente tão centrada na primazia do político e do econômico.

3. Perspectivas analíticas dos movimentos sociais

Uma característica própria da América Latina é que não existem movimentos sociais puros, ou claramente definidos, dada a multidimensionalidade não só das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva; por exemplo, um movimento de orientação classista provavelmente estará acompanhado de aspectos étnicos e de gênero que o diferenciam e assimilam a outros movimentos de orientação culturalista com conteúdos classistas. Desta forma, os movimentos sociais se vêem nutridos por múltiplas energias que incluem, em sua constituição, desde formas orgânicas de ação social pelo controle do sistema político e cultural, até modos de transformação e participação cotidiana de autoprodução societal (Calderón 1986).

Em termos gerais, a dinâmica dos movimentos sociais tem como referências fundamentais quatro campos de desenvolvimento:

Em primeiro lugar, todo movimento social possui uma estrutura participativa, como consequência de seu próprio objeto e experiência de organização e luta. As formas, os níveis e os tipos de participação num movimento definem em grande medida a força de suas metas. Um aspecto central é que o caráter piramidal ou restrito da participação ou, alternativamente, suas formas democráticas e abertas, não são independentes do próprio conteúdo das lutas do movimento. Aqui, a problemática da "pequena política" ou do dia-a-dia vivencial do movimento reveste-se de especial importância.

Em segundo lugar, todo movimento social tem sua própria temporalidade, em grande medida definida por sua ação frente ao sistema de relações históricas. Por outro lado, ainda que todo movimento possua sua própria continuidade histórica e sua vivência existencial, cotidiana, os momentos de crise e conflito agudo são os que definem sua qualidade. Desta maneira, a combinação do "tempo" diacrônico e sincrônico do movimento são fundamentais para sua compreensão.

Aqui, a visualização da atual crise latino-americana e nacional tem uma importância vital, na medida em que, em suas múltiplas expressões e sentidos, está presente nas vivências e ações dos movimentos sociais; sobretudo se assumimos que estes são portadores em alguma medida - ainda que potencialmente - de uma nova ordem social, reivindicam um "novo modelo" de desenvolvimento econômico e possuem uma certa visão política do conjunto da sociedade. Está claro, no entanto, que a mudança depende igualmente das relações econômicas dentro da sociedade.

Em terceiro lugar, os movimentos sociais se desenvolvem de forma multilateral e heterogênea no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada. Por exemplo, um movimento social de direitos humanos pode chegar a ter características e significados distintos em diversos contextos geográficos. Ainda que eles possam pretender, os movimentos sociais não têm fins predeterminados; eles o redefinem no próprio conflito.

Um último elemento global que se deve levar em conta para o estudo das práticas coletivas é o que se refere aos efeitos sociais específicos destes movimentos sobre as relações sociais e sobre a sociedade, mas não somente como o produto da ação do sujeito, porém como produto de um campo de conflito em que os atores envolvidos na ação modificam-se a si mesmos através da interação recíproca e compartilhada para obter um fim, para atingir uma meta. Esta relação pode introduzir modificações específicas e gerais na sociedade, tanto em termos de transformações nas relações de poder, como de efeitos específicos sobre determinadas ordens sociais. Mas também os movimentos sociais podem introduzir, na base das relações sociais que os recriam, culturas cotidianas de uma nova ordem que modifica a vida dos homens: hábitos, costumes, valores, etc.

Num recente trabalho, T. Evers (1984), colocou algumas idéias importantes para reflexão sobre os movimentos sociais: que as ciências sociais latino-americanas, preocupadas desde sempre com o poder e a vontade de transformação política, estiveram focalizando a realidade dos movimentos sociais em nossos países, de uma maneira excessivamente centrada na questão do poder. Da perspectiva da transformação política, as expressões coletivas não institucionalizadas dos setores populares foram interpretadas como protestos pré-políticos, ou como embriões de participação popular a ser encabeçados por um partido de vanguarda. O reconhecimento de que estas manifestações coletivas não podem ser facilmente incorporadas a um partido revolucionário levou a uma primeira reinterpretação de seu sentido político: de um lado, os que haviam assinalado seu caráter limitado, reacionário ou reformista; de outro, os que, perplexos, começaram a reconhecer a urgência de olhar com mais profundidade o interior destes movimentos, para poderem, assim, descobrir sem preconceitos suas potencialidades e limitações, historicamente contextualizadas.

É nesta nova orientação que se começa a identificar os movimentos sociais com as "novas formas de fazer política". Nisto contudo, o tema do poder continua sendo o ordenador do pensamento interpretativo. Diferentemente de Evers, talvez seja o momento de repensar os movimentos sociais de uma outra perspectiva: não se trataria apenas de

novas formas de fazer política, mas também de novas formas de relações e de organização social; o que se estaria transformando ou engendrando é uma sociedade, mais do que uma política nova.

O significado e interesse analítico dos movimentos sociais reside em buscar neles evidências de transformações profundas da lógica social. O que está em questão é uma nova forma de fazer política e uma nova forma de sociabilidade. Porém, mais profundamente, o que se intui é uma nova maneira de relacionar o político e o social, o mundo público e a vida privada, na qual as práticas sociais cotidianas se incluem junto a, e em direta interação com, o ideológico e o institucional-político. A pergunta que surge de imediato, impossível de responder com precisão, é se se trata de uma "nova realidade", ou se a vida social sempre terá sido assim, e nós apenas não a víamos em virtude do peso dos paradigmas dominantes.

O importante, neste momento do desenvolvimento de nosso conhecimento, é reconhecer o campo aberto e - por que não - refletir sobre as condições da vida social e política. Não há dúvida que, pelo menos no Cone Sul, a ofensiva ideológica e repressiva dos regimes autoritários teve efeitos importantes nas redefinições da relação entre o público e o privado, assim como na perspectiva interpretativa das ciências sociais. Citando Lechner,

"O que ocorre é uma transferência do público ao social. O público é reinterpretado enquanto público consumidor... A constituição do sujeito já não remete ao cidadão, mas ao consumidor... O âmbito privado deixa de ser uma proteção à individualidade e é incorporado à publicidade do mercado" (Lechner, 1982, p. 21-23).

Além disto, ao transformar as condições de vida e de ação dos próprios pesquisadores, estes, como o resto da população, porém com mais consciência crítica, incorporam no seu próprio pensamento a cotidianidade;

"O deslocamento do âmbito público e a trivialidade do discurso político oficial dirigem a atenção para a vida cotidiana... Na medida em que as rotinas - o normal e natural - tornam-se problemáticas, aumenta a complexidade da vida cotidiana... À perda das certezas soma-se o incremento das decisões forçadas, gerando uma experiência dolorosa" (Lechner, 1982, p. 24).

Certamente, estes desenvolvimentos não são exclusivos do trabalho intelectual sob regimes autoritários. A incorporação do cotidiano como área de reflexão e investigação na qual se condensam e manifestam de maneira complexa as estruturas e mecanismos do funcionamento político-social; a consideração das subjetividades dos atores e dos pesquisadores; a análise da política e das práticas coletivas devem ser contadas como desenvolvimentos importantes do *corpus* das ciências sociais a nível internacional. Influi nisto a revisão de nosso saber que, desde o feminismo, coloca o reconhecimento da dimensão política do pessoal e a releitura da família como âmbito sócio-político-público (Jelin, 1984).

Este é o espaço intelectual privilegiado no qual encontramos os movimentos sociais em processo de formação. Na espontaneidade, no não institucionalizado na ambigüidade de demandas, nos sentidos contraditórios e multifacetados, ação e prática coletivas, mais do que nas propostas ideológicas ou nos aparelhos institucionais. É o investigador que propõe a leitura destas práticas como movimento social, sobre a base de uma operação analítica a partir da interpretação de sua inserção no contexto sócio-político e de seu desenvolvimento no tempo. Ou seja, o trabalho do pesquisador é a busca do sentido de uma prática coletiva, sentido que, obviamente, está embutido na conceitualização dos próprios sujeitos, mas que vai além dela.

Estes movimentos aparecem na América Latina num contexto de crise, muito heterogênea e vasta, pois expressa o esgotamento dos modelos de desenvolvimento capitalista. Neste sentido, as perguntas globais que cabe fazer, ainda que não possamos dar-lhes respostas cabais neste momento, indicam a questão da medida em que seria possível pensar num modelo teórico global da ação social na região, a partir da fragmentação e da heterogeneidade dos movimentos sociais. Como se definem os diferentes campos de conflito? Que orientações estão em luta e que tendências de articulação no plano nacional e regional é possível prever? Em termos mais globais, estamos frente à geração de um novo sistema de ação histórica? Implica isto a criação de sujeitos com capacidade globalizante pela via de ressignificação simbólica de identidades comuns a partir do reconhecimento das diferenças? Ou entraremos mais propriamente numa fase cinzenta de racionalização da ação social? (Touraine, 1984).

4. Áreas temáticas dos anos oitenta

A revisão da literatura recente indica que na América Latina houve uma proliferação de estudos de casos de lutas e de processos de gestação de novas formas de ação coletiva - com a pergunta, implícita ou explícita, no sentido de saber se estamos em presença de um processo de formação de novos atores sociais ou históricos. Ainda que não tenhamos a intenção de resenhar toda esta literatura, basta assinalar alguns campos de conflito onde esta formação de atores é mais visível e mostrar as tendências temporais de seu desenvolvimento.

A) *A condição operária.* O panorama do movimento sindical mostra de certa maneira um comportamento operário bastante diverso, cujas orientações dependem das condições sociais de trabalho e da situação política nacional. Inclusive nos casos específicos, são facilmente perceptíveis fortes diferenças e oposições entre orientações e interesses sociais de diferentes linhas políticas, oposições entre direções e bases, oposições e ambivalências no interior de um mesmo sindicato, etc: Neste sentido, as práticas trabalhistas na maioria dos casos são principalmente defensivas do posto de trabalho, dos salários e dos benefícios sociais. Os efeitos da paralisação industrial ou dos processos de desindustrialização parecem condicionar estes comportamentos e possivelmente, com relativa exceção da CUT brasileira, o movimento operário sul-americano perde aparentemente centralidade na política e na economia latino-americanas, impugnando mais os governos e os ministérios de trabalho que o capital, seja este internacional ou nacional; a direção industrial da sociedade não está em questão para os trabalhadores.

Entretanto, nestes espaços também é possível visualizar demandas de autonomia estatal, de independência política partidária e de democratização interna que, provavelmente, voltem a ligar movimento operário, de maneira diferente do passado, com o sistema real de oposições capitalista que começa a viver a região (Calderón, comp. 1986; Comissão de Movimentos Trabalhistas, 1986).

B) *Qualidade de vida, consumos coletivos e movimentos urbanos.* Em grandes linhas, ao lado das práticas urbanas tradicionais e inclusive dentro delas mesmas, desenvolveram-se recentemente quatro formas de ação coletiva. A primeira, de fortalecimento das unidades produtivas ou reprodutivas de pequena escala: oficinas artesanais, pequenos comércios, unidades ou associações de consumo, pequenas unidades produtivas diversificadas em espaços urbanos e/ou rurais, etc., que de alguma maneira buscam ideologias e formas de organização autogestionárias.

A segunda implica o desenvolvimento de diferentes organizações sociais urbanas, comissões de vizinhos, comitês de abastecimento, centros cívicos, etc., que geram demandas pela descentralização por bairros das políticas e ações municipais, e que em alguma medida, sustentam reclamações quanto ao exercício dos direitos do cidadão. Do mesmo modo, em várias regiões e em diferentes países, começaram a organizar-se, dentro do âmbito urbano, lutas pela descentralização do Estado, em termos de obtenção de maiores recursos econômicos e políticos. Em grande medida, os habitantes urbanos se tornaram reivindicadores de uma nova ordem democrática na "pequena política".

A terceira consiste em demandas de renovação urbana, que implicam tanto transformações nas relações sócio-culturais habituais, como impugnações à ordem espacial e ecológica em nossas cidades; nesta orientação, ressaltam movimentos para melhorar a qualidade de vida, protagonizados fundamentalmente por setores médios.

Uma quarta ação coletiva refere-se às lutas urbanas que se convertem em espaços de comunicação plurissocial e cultural entre diferentes grupos humanos, rompendo com a imersão urbana do passado; desta maneira são escutadas demandas de aliança de classes, solidariedade nacional e cultural, em pequeno ambiente de resistência de rua, onde convivem variados grupos sociais, étnicos, etários, etc. (Calderón, comp., 1986; *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 46, n.o 4, 1984).

C) *O campesinato.* A terra, o mercado e a organização camponesa constituem as demandas mínimas do mundo agrário. Mas também emergem interesses e orientações do campesinato que tendem a incidir em espaços nacionais e políticos mais amplos, conjugando orientações classistas, nacionais e culturais. Dois fatos coexistem na região: a presença de fortes e organizadas confederações nacionais de camponeses com características autônomas, porém capazes de estabelecer compromissos com outras forças sociais, compromissos às vezes insuficientes para constituir projetos nacionais compartilhados; de outra parte, organizações sociais camponesas atomizadas em sindicatos locais que de alguma maneira ainda perseguem processos de unidade nacional. Talvez um fato que se destaca na última década seja a presença, em vários países da região, de organizações camponesas que vão além de suas demandas classistas e que ao mesmo tempo se estruturam na recusa a práticas discriminatórias raciais, revalorizando através de sua memória histórica práticas vernáculas, para finalmente projetar-se como forças culturais alternativas nas sociedades capitalistas crioulo-mestiças.

De outra parte, destacam-se as demandas étnico-culturais, por uma incorporação na cidadania na Nação a partir do reconhecimento da identidade dos próprios grupos discriminados. Não obstante, deve-se indicar que vários dos movimentos incluem tensões e demandas internas de caráter étnico-cultural que provavelmente constituem elementos explicativos importantes da ação coletiva analisada, elementos que até o momento foram pouco estudados (Calderón, comp., 1986; Calderón e Dandler, 1986)

D) *Os direitos humanos.* Os movimentos de direitos humanos apelam, como princípio aglutinador de sua prática política, a um sistema de valores fundamentais: a vida, a verdade, a justiça, colocando exigências éticas de caráter

humanitário. Ainda que sua lógica seja defensiva, sua potencialidade reside na capacidade de desnudar, partindo de uma ética fundamentalista, a lógica da dominação. Assim, a partir de uma estratégia defensiva, vai-se estruturando lentamente na sociedade um consenso social sumamente amplo e capaz de convocar setores muito amplos e heterogêneos, que questiona e desqualifica a legalidade da dominação ditatorial. Porém, se trata em princípio de práticas expressivas, não instrumentais, que necessitam manter-se equidistantes de todas as mediações políticas partidárias para poder continuar gerando um amplo consenso.

Esta representatividade responde em parte à existência de um "vazio político" que, frente à desmobilização popular, gera uma utopia profundamente mobilizadora e com forte potencial democratizador. Com efeito, numa boa parte da região, os movimentos de direitos humanos foram a brecha pela qual começou a renascer o movimento popular, recuperando a memória histórica das lutas populares, na medida em que frente a um discurso ditatorial aniquilador do político, souberam gerar uma revalorização daqueles valores de luta que costumam mobilizar a juventude.

Os direitos humanos surgem junto a uma revalorização da democracia como construção, e não como algo dado e preexistente. Todos aqueles valores que eram óbvios, e que conformavam algo assim como um conjunto mínimo de normas éticas que se davam por aceitas e além das quais se dirigiam as lutas políticas e sociais, tiveram que tornar a ser reconstruídas, recolocadas e revalorizadas a partir da experiência de sua violação sistemática pelos governos ditatoriais.

Assim, aqueles valores (a democracia política, o respeito às garantias constitucionais, o respeito pela vida humana, etc.) que na Argentina dos anos sessenta careciam por completo de valor como demanda ou bandeira política para amplos setores da população juvenil e politizada, nos anos oitenta foram os únicos recursos capazes de abrir uma brecha no obscuro panorama social e político nacional, capazes de aglutinar as mais diferentes camadas da sociedade, além das múltiplas identidades políticas.

Mas, quais são os potenciais democratizadores destes movimentos, e qual será seu papel na próxima etapa democrática, uma vez que o adversário mais visível, o Estado autoritário-militar, cedeu lugar ao governo democrático? Esta pergunta está ainda sem resposta. Em linhas gerais, o que se pode dizer no momento da transição à democracia é que os movimentos de direitos humanos deixaram pendente sua formulação positiva, concreta - já não só fundamentalista e ética - de um projeto político possível (Jelin, 1985; Calderón, comp., 1986c; Jelin, comp., 1987).

E) *O gênero*. Na problemática dos movimentos de gênero, cabe fazer uma diferença entre aqueles movimentos protagonizados principalmente por mulheres, mas que se estruturam ao redor de demandas diversificadas tais como os direitos humanos, a qualidade de vida, o consumo, a moradia, a saúde, etc., que podemos chamar de movimentos "femininos", e aqueles que levantam bandeiras relativas à problemática específica, da mulher, que chamaremos "feministas". Esta distinção é analítica, porque freqüentemente ambas as dimensões se complementam e se misturam no interior de um mesmo agrupamento feminino.

Os primeiros, parecem ser uma extensão ativa, parcialmente politizada no sentido mais amplo do termo, do âmbito doméstico e do papel central que desempenham as mulheres nas múltiplas atividades reprodutivas necessárias à manutenção social. Em etapas de fechamento dos canais políticos, o social se politiza; as demandas sociais adquirem potencialidades cada vez mais questionadoras da ordem política. São formas de participação baseadas nos "papéis tradicionais" femininos, mas que, ao estender-se, adquirem conotações inusitadas, capazes de questionar a ordem global. Em suas práticas, mostram uma capacidade de democracia e participação internas que não são usuais em outras formas de organização política, tais como os partidos, os sindicatos, etc. Um pluralismo aberto, um apoliticismo explícito que tenta preservar-se de toda heteronomia, são traços comuns destes movimentos femininos.

Neles se luta por direitos relativos à família, às crianças, ao bem-estar dos homens e das mulheres nos setores populares: direito ao consumo, direito dos cidadãos, direito à saúde e à moradia. Surgem em grande parte como resposta à crise, ao subconsumo, ao desemprego, e são protagonizados por mulheres de extração fundamentalmente popular, ainda que muitas vezes ostentem um amplo policlassismo.

Nos movimentos de tipo "feminista", as lutas femininas que encaram o problema da mulher, não respondem pontualmente à crise, podendo-se encontrar indicações de sua presença desde o século passado e princípios deste, com as primeiras sufragistas, cuja luta era obter para as mulheres uma participação plena nos direitos de cidadania. Tais movimentos continuam ininterruptamente, porém com fluxos e refluxos, até as atuais organizações feministas que reivindicam o direito sobre o próprio corpo (anticoncepção, aborto, a maternidade voluntária), a igualdade de oportunidades, de remuneração, que cada vez mais fazem da cultura seu campo de luta privilegiado.

Poderia se afirmar que suas exigências não surgem diretamente de situações críticas de ponta, mas que são exigências culturalmente filtradas a nível internacional, que historicamente fluíram dos países desenvolvidos para os

subdesenvolvidos e das classes altas para as classes baixas. Contudo o fato de que suas reivindicações encontram cada vez mais eco nas mulheres das camadas populares indica que correspondem a condições concretas de vida de tais mulheres. De fato, não é desusado que organizações "femininas" evoluam para reivindicações "feministas".

Sendo seu campo de batalha principal a cultura e a ideologia, os movimentos feministas contêm a potencialidade de questionar a ordem social de uma maneira global, ordem que muitas vezes definem como o binômio "modo de produção capitalista/patriarcado", cujos termos são mutuamente interdependentes e se reforçam. Por isto, ao questionar as práticas e tendências paternalistas na sociedade, o feminismo encontrou um modo capaz de aprofundar as fissuras da ordem social e política existente (Jelin, 1987; Calderón, comp., 1986).

F) *Os jovens*. Uma das características comuns de várias das sociedades latino-americanas é a alta correspondência entre as relações de poder e as estruturas etárias da população, onde consideráveis massas de jovens vêem limitadas suas possibilidades de acesso ao poder e à autoridade, ao prestígio, aos benefícios econômicos e ao reconhecimento social, em suma, à participação social. Esta tendência foi particularmente reforçada sob os regimes ditatoriais, cujas políticas não só suprimem os direitos de cidadania da juventude, mas também fizeram desta a sua vítima privilegiada. O jovem só é valorizado quando rende tributo à ordem e ao poder.

De outra parte, os comportamentos juvenis se fazem compreensíveis quando referidos às dimensões simbólicas da vida social. De alguma maneira, a juventude se caracteriza por sua tendência para orientações fundamentalistas com relação a valores, de ordem mais cultural que econômica.

Desta maneira, o mundo dos jovens fica limitado a um espaço de condutas desorganizadas e de crises de identidade, onde a ação se propõe reproduzir aquelas condutas que a modernização quis neutralizar; as orientações para o prazer imediato, o refúgio comunitário, a agressão.

Os movimentos juvenis na América Latina, com origem em fenômenos estruturais e históricos similares - reflexo da situação transicional que compete ao jovem em toda a sociedade - têm, contudo, características nacionais bem diferenciadas.

Não obstante, expressões tão dissimilares como "Morrer, lutando, de fome nem cagando" (cantada em coro por jovens chilenos mas radicalizados, e um bom símbolo da dimensão de disposição ao sacrifício do allendismo) e "... o MEI é político mas não partidário e sectário porque intervirá em toda política que afete a nação, sem intrometer-se nas destrutivas rivalidades de partido" (parte de um "ideário" do MEI paraguaio), ou "Minha arma é a paz, meu partido é o rock, e meu eterno fim é o amor" (escrita por um roqueiro argentino na sua mochila), são exemplificadoras de movimentos sociais que indubitavelmente foram, para amplos setores juvenis, refúgio, âmbito de resistência e canal de participação no contexto de uma sociedade autoritária, fechada e em crise (Calderón, comp. 1986; N.º especial da revista CEPAL).

G) *A guerra e a política*. Os movimentos de ação revolucionária se caracterizam por sua luta contra o Estado e o sistema de dominação dependente, mediante a ação violenta. O campo do conflito coincide, nesse caso, com o campo de batalha; isto implica complexas conotações sociológicas.

Ninguém pode negar a presença deste tipo de ação na história da América Latina; suas orientações e suas formas concretas foram muito variadas: republicanas, nacionalistas, socialistas anarquistas e banditismo social; suas formas de luta foram, entre outras, montoneras, republiquetas, guerrilhas rurais, guerrilhas urbanas e guerras de libertação nacional.

O problema consiste em detectar os diferentes sentidos sociológicos desta ação política e sua viabilidade nos distintos contextos nacionais e regionais, posto que várias vezes conseguiram transformações sociais e outras, mais numerosas, a consolidação ou reemergência de sistemas políticos altamente despóticos. Entretanto, de alguma maneira se autodefinem como os sujeitos da mudança, que levam consigo o resto da sociedade, monopolizando o Estado e a política (Calderón, comp. 1986; Sanchez de Leon, 1985).

5. A transição nos movimentos sociais

Nossa hipótese central procurou indicar as transformações de atores coletivos, registrando nas últimas décadas uma perda de horizontes totalizantes, ou se quiser, uma crise da historicidade industrialista e sua substituição por uma multiplicação de novas práticas coletivas segmentadas.

Não é possível explicar esta situação pela geração espontânea e voluntária de novas e pontuais orientações da ação. Existem outros fatores importantes que ajudam a explicar por que tende a produzir-se esta espécie de perda de horizontes totalizantes a que fizemos menção.

Em termos da sociedade global, é importante assinalar as transformações nas e das relações sociais que se operaram na região nos últimos trinta anos. Fenômenos como o da brutal transnacionalização da economia, em termos produtivos, distributivos e de consumo, mudaram os padrões de interdependência entre os países centrais e os periféricos: a atual crise e os processos de reestruturação capitalista não fazem mais que aprofundar as brechas entre o mundo do norte e os povos do sul. Os impactos da revolução tecnológica, do sistema financeiro internacional e da nova lógica do capital tendem a processos de concentração do poder inéditos até agora.

As mudanças na estrutura agrária, como o desenvolvimento industrial em várias esferas da agricultura, a mercantilização da economia camponesa e os processos de diferenciação camponesa, nos indicam as radicais modificações e transformações sofridas pela relação fazenda-comunidade, fazenda-minifúndio. De outra parte, a transformação nas estruturas territoriais nacionais e, sobretudo, o acelerado processo de urbanização, conjuntamente com as significativas transformações e ampliações da ação do Estado na sociedade e na economia, dão conta da fragmentação e crescente autonomia das necessidades e demandas sociais. Parece que os novos processos de diferenciação social conseguiram fragmentar as ações coletivas.

Na realidade, a crise a que aludimos significa a decomposição do modelo unificado entre o Estado-Nação, a industrialização econômica e a modernização social. Poder-se-ia dizer que nos últimos quarenta anos, o modelo praticamente não se modificou, enquanto a realidade transformou-se substancialmente. As mudanças ocorridas foram de tal envergadura que surpreenderam as expectativas próprias do modelo. Em sua nova situação e em suas práticas inovadoras, a sociedade encarregou-se de questionar este paradigma industrial, seja em sua versão populista, classista ou liberal.

Um segundo conjunto de fatores é o referido às implicações sócio-culturais das políticas autoritárias em vários países da região. De uma parte, a destruição ou limitação do sistema político e dos direitos dos cidadãos provocaram um certo recolhimento para a vida privada, promovendo uma valorização das relações primárias e as dos âmbitos de vida microssocial. Vários estudos empíricos dão conta de casos particulares. De outra parte, estas políticas geraram um alto grau de incomunicabilidade no interior da trama das relações sociais e entre a sociedade e os partidos políticos que, por motivos repressivos ou outros, foram-se distanciando da vida cotidiana. Precisamente quando se abrem os processos de transição e de revalorização democrática, a volta ao público se realiza sobre estas bases.

A mudança das relações entre partidos políticos e movimentos sociais constitui um terceiro fator de nossa hipótese explicativa. No passado, com o predomínio de modelos partidários classistas ou populistas, buscava-se dirigir e representar as maiorias nacionais e, em nome delas, elaborar programas ou planos de ação e orientar sua conduta. A própria competição política estava limitada por estes parâmetros. Hoje em dia, os estudos de caso de movimentos sociais na América Latina assinalam repetidas vezes que estes questionam esta relação dependente e subordinada frente aos partidos. Obviamente, isto não nega o exercício da prática partidária em muitos países, mas coloca em relevo que a relação tende a dar-se em outros termos. Ainda haveria que explorar se, nos países onde as ações coletivas foram muito importantes e autônomas, a presença do sistema de partidos foi frágil, e se, ao contrário, onde o sistema partidário foi forte, as ações coletivas dos novos movimentos sociais foram pouco significativas. Em todas as situações, entretanto, constata-se um questionamento constante do tipo de inter-relação.

É possível identificar pelo menos três áreas recorrentes deste questionamento. Uma boa parte dos estudos realizados indica que os novos atores coletivos, questionam o sistema partidário de representação. Perguntas como: quem nos representa? para que nos representa? para onde nos leva esta representação? indicam uma crítica quanto à noção de representação formal ou de vanguarda revolucionária, representação de alguma maneira percebida como elitista e geralmente referida aos setores médios: intelectuais, burocratas, políticos, profissionais, etc. Naturalmente, esta crítica não é alheia a experiências históricas de intermediação nem aos efeitos políticos que tais práticas implicam. Em todo caso, este é um campo escassamente estudado.

Outro nível de questionamento estaria relacionado com a visualização por parte dos atores sociais de uma grande distância entre as velhas e as novas demandas dos cidadãos. Frente a demandas de crescente expansão social, registraram-se frágeis respostas propositivas e de processamento por parte dos partidos políticos. Temas como os da mulher ou dos direitos humanos se situariam a este nível.

Finalmente, em muitos casos, os partidos são percebidos em sua estrutura organizacional como grupos fechados e hierarquizados que, em sua estrutura interna, não refletem a pluralidade de identidades ou a heterogeneidade das demandas societárias. A prática do *prendi tuti*, dominante na competição eleitoral, reafirmaria esta visão. Por exemplo, alguns estudos sobre a situação do movimento operário expressam a crítica sobre a "surdez" dos partidos políticos para captar a nova condição e as novas demandas da classe operária.

Deste modo, a perda das orientações totalizantes, a decomposição do modelo nacional-estatal industrialista, as múltiplas transformações sócio-culturais internas e externas à região e os processos de diferenciação social que os

acompanharam, além das novas conotações particularistas da ação coletiva e do crescente distanciamento entre os movimentos sociais, partidos, e Estado, constituem os traços básicos sobre os quais se desenvolvem as tensões e as buscas dos novos movimentos sociais.

Esta situação, heterogênea e mutante, pode ser vista como situação de transição. Nos últimos anos, numerosos estudos foram contribuindo de diferentes ângulos para a compreensão deste fenômeno. No entanto, o que ainda não existe é uma interpretação globalizante, unificada, desta realidade segmentada e plural.

Não obstante, é imprescindível relativizar estas tendências segundo os processos específicos de países e sub-regiões. Por exemplo, na América Central, mais especificamente na Nicarágua e em El Salvador, persiste a temática da revolução social e da libertação nacional. Mesmo nesses países contudo, segundo vários estudos recentes, estão presentes os traços aqui assinalados, como por exemplo a valorização da vida cotidiana, dos direitos humanos, da religiosidade popular, da democratização social, etc. etc. (Coraggio, 1984; Camacho, comp., 1985)

Para finalizar, pensamos que a América Latina, vista da perspectiva dos movimentos sociais, está atravessando um momento de reconstituição, que apresenta dois elementos complementares: por um lado, a emergência de novos atores e práticas coletivas, onde a temática das identificações culturais e dos padrões de novas relações sociais estão imbricados de maneira complexa com a luta pelo poder e pela hegemonia política; por outro lado, a transformação nas práticas dos velhos atores e sua vinculação com os novos. Esta reconstituição ocorre paralelamente com um incipiente movimento teórico coletivo que, em vez de propor-se um esquema analítico para interpretar estes novos fenômenos, produz uma releitura das experiências históricas do passado.

Traduzido do espanhol, por Liliana Freitas da Cunha.

Bibliografia

ALBO, Xavier. *Bodas de plata o réquiem por una Reforma Agraria*. La Paz Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), 1979. (Cuadernos de investigación, n ° 15)

ALONSO, A. *El movimiento ferrocarrilero en México*. México, Era, 1972.

ANGUIANO, A. *El estado y la política obrera del cardenismo*. México, Era, 1975.

ANTEZANA, Luis. *Congresos campesinos y estatuto orgánico de la Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos (CNTCB)*. La Paz, Consejo Nacional de la Reforma Agraria, 1968. (mimeo)

BARTRA, Roger. *Caciquismo y poder político en México*. México, Siglo XXI, 1975.

CALDERÓN, Fernando. *La política en las calles; ciudad, desarrollo y estado en Bolivia: 1952-1978*. La Paz, Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social (CERES), 1982.

_____. (comp.) *Los movimientos sociales ante la crisis*, Buenos Aires, Universidad de las Naciones Unidas (UNU), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México (IISUNAM), 1986.

_____. & DANDLER, Jorge. "Movimientos campesinos y Estado en Bolivia". In: CALDERÓN F. & DANDLER, J. (comps.) *Bolivia, la fuerza histórica del campesinado*. La Paz, Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social (CERES), Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social (UNRISD), 1986, p. 15-50.

CAMACHO, Daniel & MENJIVAR, Rafael. *Movimientos sociales en Centroamérica*. San José, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Universidad de las Naciones Unidas (UNU), Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma do México (IISUNAM), 1985.

CARDOSO, Fernando & FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México, Siglo XXI, 1969.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México, Siglo XXI, 1976.

Las CLASES sociales en América Latina. México, Siglo XXI, Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma do México, 1973.

CEPAL. *América Latina: el pensamiento de la CEPAL*. Santiago, Editorial Universitaria, 1969.

- CLACSO. COMISION DE MOVIMIENTOS LABORALES. *El sindicalismo latinoamericano en los ochenta*. Santiago, CLACSO, 1986.
- CONTRERAS, A. J. *México 1940: industrialización y crisis política*. México, Siglo XXI, 1977.
- CORAGGIO, José L. *Revolución y democracia en Nicaragua*. Managua, INIES, 1984.
- DANDLER, Jorge. *El sindicalismo campesino en Bolivia: los cambios estructurales en Ucuireña, 1935-1952*. La Paz, CERES, 1984.
- DELICH, Francisco. *Crisis y protesta social. Córdoba 1969-1973*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.
- DI TELLA, T.; TOURAINE, A.; REYNAUD, J. D. & BRAMS, L. *Sindicato y comunidad: dos tipos de estructura sindical latinoamericana*. Buenos Aires, Editorial del Instituto, 1967.
- DOYON, Louise M. "Conflictos operários durante o regime peronista, 1946-1955" *Estudos CEBRAP* 13. 1975, p 79-122.
- EVERS, Tilman. «Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais». *Novos Estudos, CEBRAP*, 2 (4) 1984, p. 11-23.
- FALETTO, Enzo, "El problema de la dependencia y lo nacional popular". In: CALDERÓN, F. (comp.) *La política y el estado*. La Paz, Centro de Estudios de la Realidad Nacional, 1979.
- GARCIA, Antonio. "Los sindicatos en el esquema de la revolución nacional: el sindicalismo en la experiencia boliviana de nacionalización y desarrollo". *Trimestre Económico* 33 (132) 1966, p. 597-629.
- GAUDIO, Ricardo & PILONE, J. *Estado y relaciones obrero-patronales en los orígenes de la negociación colectiva en Argentina*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), 1976. (Estudios sociales, 5).
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires, Paidós, 1982.
- GERMANI, Gino. «El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos». *Desarrollo Económico* 13 (51) 1973, p. 435-488.
- GRACIARENA, Jorge y Rolando FRANCO. 'Social formation and power structures in Latin America'. *Current sociology* 26 (1): 1-259, 1978.
- HUMPHREY, John. 'The Brazilian state, the working class and the economic miracle'. *Bulletin, Society for Latin American studies* 24, 1976.
- HUMPHREY, John. 'As raízes e os desafios do «novo» sindicalismo da indústria automobilística'. *Estudos CEBRAP* 26: 5-39, 1980.
- IISUNAM. *Las clases sociales en América Latina*. México, Siglo XXI, 1973.
- JELIN, Elizabeth. *La protesta obrera*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- _____. "Spontaneous and planned actions in conflict situations: the state and the labour movement in Latin America". In: HIMMELSTRAND, U. (ed.). *Spontaneity and planning in social development*. Beverly Hills and London, Sags, 1981, p. 87-109.
- _____. (ed.). *Ciudadanía e identidad. Las mujeres en los movimientos sociales de América Latina*. Ginebra, Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social (UNRISD), 1987.
- _____. (ed.). *Democracia y movimientos sociales*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1987.
- _____. (ed.). *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985. 2 vols.
- JELIN, Elizabeth (comp.). *Movimientos sociales y democracia emergente*. Buenos Aires, CEAL. 2 vols., 1987.
- KAZTMAN, Ruben & REYNA, José L. (eds.). *Fuerza de trabajo y movimientos laborales en América Latina*. México, El Colegio de México, 1979.
- LACLAU, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory. Capitalism, Fascism, Populism*. London, NLB, 1977.
- LECHNER, Norbert. "Qué significa hacer política". In: Lechner, N. (ed.). *¿Qué significa hacer política?*. Lima, DESCO, 1982.

- LEON, S. "El comité nacional de defensa proletaria". *Revista Mexicana de Sociología* XL (2) 1978, p. 729-762.
- LEWIS, Oscar. *Los hijos de Sanchez*. México, Fondo de Cultura Económica, 1964.
- LITTLE, Walter. "La organización obrera y el Estado peronista 1943-1955", *Desarrollo Económico* 19 (75) 1979, p. 331-376.
- MALLOY, James M. *Bolivia, the uncompleted revolution*. Pittsburgh, Pittsburgh University Press, 1968.
- MARVAN, I. "El Frente Popular en México durante el cardenismo". Trabajo presentado en la reunión del Grupo de Trabajo Movimientos Laborales de GLACSO, México, noviembre de 1977.
- MEDINA, L. "Origen y circunstancia de la idea de unidad nacional". In: CENTRO de Estudios Internacionales (ed.) *Lecturas de política mexicana*. México, El Colegio de México, 1977.
- MEDINA ECHAVARRÍA, José. "El problema social en el desarrollo económico de Bolivia". In: *Aspectos sociales del desarrollo económico*. Serie conmemorativa del XXV aniversario de la CEPAL. Santiago de Chile, CEPAL, 1973.
- MOISES, J. A. *Greve de massa e crise política. Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1952-54*. São Paulo, Editora Polis, 1978.
- MURMIS, Miguel & PORTANTIERO, Juan C. *Estudios sobre las origenes del peronismo/I*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP* 2 (1972), p. 3-82.
- ORTEGA AGUIRRE, M. "Estado y movimiento obrero: 1940-1959". In: *Colóquio Regional de Historia Obrera. 1. Ciudad de Jalapa, Veracruz, 1977. Memoria*. México, Centro de Estudios Históricos del Movimiento Obrero Mexicano, 1977.
- PELLICER DE BRODY, O. & REYNA, José L. "El afianzamiento de la estabilidad política". In: *Historia de la revolución mexicana, v. 8: período 1952-1960. t. 22*. México, El Colegio de México, 1978.
- QUIJANO, Aníbal. "Los movimientos campesinos contemporáneos en Latinoamérica". In: *Problemas agrarios y movimientos campesinos*. Lima, Mosca Azul, 1979.
- REYNA, José L. & MIQUET, M. "Introducción a la historia de las organizaciones obreras en México: 1912-1966". In: REYNA, J. L. et. al. *Tres estudios sobre el movimiento obrero mexicano*. México, El Colegio de México, 1976.
- RIVERA, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado aymara y quechua 1900-1980*. La Paz, Instituto de Historia Social Boliviana, (HISBOL), Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia, 1984.
- ROWLAND, R "Classe operaria e estado de compromisso". *Estudos CEBRAP* 8 (1974), p. 5-40.
- SANCHEZ DE LEON, Abelardo. "Todas las sangres del Peru". *David y Goliath* (XV) 47, 1985, p. 16-22.
- SENEN GONZALEZ, S. *El sindicalismo después de Perón*. Buenos Aires, Calorna, 1971.
- SPALDING, H. A. Jr. *Organized Labor in Latin America: Historical Case Studies of Urban Workers in Dependent Societies*. New York, Harper, 1977.
- STINCHCOMBE, A. L. "Social structure and organizations". In: MARCH J. C. M. (ed.). *Handbook of Organizations*. Chicago, Rand MacNally, 1965, p 142-193.
- TOURAINÉ, Alain. *Vida y muerte del Chile popular*. Mexico, Siglo XXI, 1974.
- _____. *Les sociétés dépendentes*. Paris, J. Duorot, 1976.
- _____. *Actores sociales y sistemas políticos en América Latina*. Santiago do Chile, PREALD, 1984.
- VALDERRAMA, M.; CHIELLEN, J.; LINCH, N. & MALPICA, C. *El APRA: un camino de esperanza y frustraciones*. Lima, El Gallo de Oro, 1980.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

WARMAN, Arturo *Y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado Nacional*. Mexico, Ediciones de la Casa Chata, Centro de Investigaciones Superiores del INAH, 1976.

____. *Ensayos sobre el campesinado en México*. México, Nueva Imagen, 1980.

____. Entrevista. *David y Goliath* (XVI) 50: 2-13, 1986.

WEFFORT, Francisco. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco". *Cadernos CEBRAP* 5, 1968.

____. "Clases sociales y desarrollo social. Contribución al estudio del populismo". In: WEFFORT, F. & QUIJAMO, A. *Populismo, marginalización y dependencia*. San José de Costa Rica, Editorial Universitaria Centroamericana, 1973.

____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. México, Siglo XXI, 1970.